

Câmbio (R\$)		
Dólar / BC	Compra	Venda
Paralelo	1,98	2,18
Comercial	2,048	2,05
Turismo	1,98	2,18
Euro / BC	2,523	2,524

Ouro (R\$)	
Gramas	106,000
Varição	+ 0,09%

Blue Chips		
	Últ. cotação	%
BMF Bov. ON	R\$ 11,5	-2,71
Bradesco PN	R\$ 31,6	-0,25
Gerdau PN	R\$ 18,62	+0,22
Itaú Unib. PN	R\$ 32,47	-2,46
Petrobras PN	R\$ 19,5	-3,98
Sid Nac. PN	R\$ 10,53	+3,33
Vale PNA	R\$ 36,4	-0,84

#### Justiça

O ex-ministro da Justiça e veterano criminalista Márcio Thomaz Bastos resolveu renunciar à causa de Carlinhos Cachoeira um dia após a mulher do contraventor ter sido acusada de subornar um juiz. O criminalista diz que a decisão não teve a ver com acontecimentos. | PÁGINA 7 |

#### País

A greve dos caminhoneiros já vem causando prejuízos à economia. De acordo com a União Brasileira de Avicultura (Ubabef), a produção de frangos está sendo afetada. Impasse deve continuar até o dia 8, quando governo dará uma resposta às reivindicações da categoria. | PÁGINA 7 |

#### Rio

A Justiça Eleitoral fechou um centro social ligado a um candidato a vereador no Complexo da Maré. Durante a operação, que teve o apoio das polícias civil e militar, um homem foi preso e material de campanha apreendido. A Justiça Eleitoral promete agir com rigor. | PÁGINA 8 |

Pedro Marcos Barbosa

## Questão de Justiça

Alguns anos após notório arranca-rabo na Câmara dos Deputados, certos políticos (profissionais e amadores) serão julgados com uma exposição muito maior do que uma simples praça pública; estarão à mercê das cusparadas midiáticas, numa potência cognitiva alavancada pelo canal 9 (TV Justiça, ao vivo), e, depois, pelas reprises em todas outras estações. | PÁGINA 7 |



# Gazeta

## DE NOTÍCIAS

1ª FASE  
1875 A 1942

2ª FASE  
ANO III  
EDIÇÃO Nº 647

WWW.JGN.COM.BR

RIO DE JANEIRO, QUARTA-FEIRA, 1 DE AGOSTO DE 2012

R\$ 1,00

### OPERADORAS

## Suspensão pode estar com os dias contados

Ministro Paulo Bernardo disse que planos de melhorias apresentados à Anatel são 'satisfatórios'



Paulo Bernardo afirmou que vem acompanhando o processo diariamente junto à Anatel

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, afirmou ontem que a proibição de venda de novos planos de telefonia móvel e de internet pode acabar nos próximos dias. Segundo Bernardo, as empresas punidas desde o último dia 23 apresentaram medidas consideradas 'satisfatórias' e deverão melhorar o serviço no futuro.

"A cada fim de dia eu pergunto para o presidente da Anatel como é que está (a situação). Se está evoluindo, se está boa. Isso é uma questão para os técnicos resolverem", afirmou.

O presidente de Conselho de Administração da TIM, Manoel Horácio Francisco da Silva, deu uma espatada no governo federal afirmando que o País perdeu a oportunidade de investir aproximadamente R\$ 400 bilhões em infraestrutura nos últimos dez anos. A falta de investimentos estaria, segundo o analista, entre os vários fatores que impedem a economia brasileira de crescer a uma taxa equivalente a 5% ao ano. "Nos últimos dez anos, a economia brasileira foi ajudada pelo crescimento mundial", disse. O crescimento fez com que o mundo comesse mais e elevou os preços das commodities. | PÁGINA 2 |

## Selic pode criar bolha imobiliária

Pela primeira vez o governo brasileiro autorizou a divulgação da Avaliação da Estabilidade do Sistema Financeiro, produzido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O órgão alertou para o fato do País ser "vítima do seu próprio sucesso", referindo-se aos riscos da expansão acelerada do crédito e também da redução da taxa básica de juros, a Selic, sem o necessário alongamento dos prazos de crédito. Bolhas em preços no setor imobiliário e o endividamento das famílias são dois dos riscos mais evidentes.

"A expansão acelerada do crédito nos últimos anos apoiou o crescimento da economia interna e o aumento da inclusão financeira. Mas essa expansão também poderia gerar vulnerabilidades",

disse Dimitri Demekas, diretor-assistente do Departamento de Mercados Monetários e de Capitais do Fundo.

O Fundo reforça sua mensagem em favor da redução da Selic, hoje em 8,0% ao ano. Porém, chama a atenção das autoridades brasileiras para o fato de essa queda gradual romper o atual equilíbrio existente no sistema financeiro brasileiro de juros altos e crédito de curto prazo. Sem esse cuidado, inúmeros riscos podem emergir. Se mexer só na Selic, o BC pode estimular o aumento da inflação, criar instabilidade macroeconômica e favorecer a formação de bolhas de preços de ativos, especialmente dos imóveis. Se apenas estimular o alongamento do prazo do crédito, pode ampliar demais o passivo financeiro. | PÁGINA 6 |

## Medidas vão começar a fazer efeito este ano, prevê Mantega

Nesta terça-feira, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, previu nesta terça-feira que os efeitos das diferentes medidas anunciadas pelo governo começarão a aparecer ao longo do segundo semestre. "O governo já pôs em prática uma série de medidas em 2012. (Os efeitos) não são imediatos", comentou.

Ele citou que a desoneração da folha de pagamentos para 15 setores entra em vigor em agosto. A partir de quarta-feira as empresas pagarão menos INSS, e isso é sinônimo de redução de custo, segundo o ministro.

Além disso, Mantega enfatizou

que as medidas do Brasil Maior e a redução da taxa de juros terão efeitos "ao longo do tempo". "Os efeitos vão começar a aparecer agora, e cada vez mais neste segundo semestre", reforçou.

Mantega ressaltou que o cenário internacional está cada vez mais competitivo e que a crise leva países a cortarem custos e gastos. "Temos de acompanhar isso, as empresas brasileiras têm de ter as mesmas condições para tornar a economia brasileira uma das mais competitivas do mundo". O setor de autopeças brasileiro é o que sofre mais com a retração internacional. | PÁGINA 6 |



Mantega ressaltou que o cenário internacional está cada vez mais competitivo e que a crise leva países a cortarem custos e gastos

O DIA NAS BOLSAS

## Exterior e realização de lucro fazem Bovespa cair

Índice fechou na mínima, com declínio de 2%, mas com alta de 3,21% em julho

Alessandra Taraborelli,  
Cristina Cas e  
Fabrício Castro  
Da Agência Estado

Depois de três dias de alta, a Bovespa sucumbiu à realização de lucros e fechou o dia na mínima, com declínio de 2%, aos 56.097,05 pontos, mas conseguiu acumular alta de 3,21% em julho, feito que não acontecia desde fevereiro, quando a Bolsa registrou a última alta mensal (+4,34%). No ano, no entanto, o índice ainda não conseguiu sustentar os ganhos e caiu 1,16%.

Ao contrário dos últimos dias, quando a alta da Bolsa brasileira foi alimentada também pela expectativa de anúncio de estímulos econômicos por parte dos BCs esta semana, ontem os investidores preferiram adotar a cautela à espera das possíveis decisões, o que levou os mercados acionários a encerrarem em queda nos EUA e na Europa. Por aqui, a queda de cerca de 4% das ações da Petrobras também acabou contribuindo para a performance negativa do Ibovespa. "A piora da Petro estragou o bom humor para o rally que poderia ter de fim de mês", disse uma fonte.

Com isso, o Ibovespa atingiu a máxima de 57.466 pontos (+0,39%). O giro financeiro ficou

em R\$ 6,732 bilhões.

"O mercado viveu da expectativa de Mário Draghi (presidente do BCE) e do QE3 (estímulo monetário nos EUA). Ontem saíram indicadores dos EUA um pouco melhores e o mercado perdeu força", avaliou o operador institucional da Renascença Corretora Luiz Roberto Monteiro. O profissional não espera estímulos adicionais esta semana. "Não acredito que saia alguma coisa esta semana, ainda mais se continuar saindo indicadores um pouco melhores nos EUA e na China", disse.

O Federal Reserve, o BC norte-americano, começou ontem sua reunião de dois dias para revisar juros. Os investidores querem saber se o Fed anunciará uma nova rodada de compra de títulos numa tentativa de estimular a economia dos EUA, cuja recuperação tem sido cambaleante. Na quinta-feira, será a vez do Banco Central Europeu (BCE) e do Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) fazerem seus anúncios de política monetária.

De volta para cá, no caso da petroleira, o recuo é atribuído a especulações em torno do balanço da empresa, que será divulgado na sexta-feira, após o fechamento da Bolsa. Além

disso, os papéis também foram influenciados pela queda do petróleo no mercado internacional. A ação ON caiu 4,52%, e a PN, -3,99% e figuram entre os destaques de queda do índice. Na Nymex, o contrato da commodity com vencimento em setembro 1,92% a US\$ 88,06 o barril.

Vale também caiu seguindo seus pares no exterior. O papel ON perdeu 0,99% e o PNA recuou 0,84%, a queda não foi maior porque Usiminas (ON, +3,00% e PNA, +5,28%) e Siderúrgica Nacional (ON +3,34%) apresentaram uma boa performance e foram os principais destaques de alta do índice.

**Câmbio** - A ausência do Banco Central, que resolveu não rolar o vencimento dos contratos de swap cambial que vencem amanhã, foi o destaque do dia no mercado doméstico de câmbio. Pelo menos durante este último pregão de julho, os investidores esqueceram-se dos mercados que continuam movendo os negócios no exterior - as expectativas e apostas em torno dos resultados das três reuniões de política monetária agendadas para esta semana - e focaram os negócios nas consequências que pode ter a decisão do BC de "enxugar" os cerca de US\$ 4,5 bilhões que correspondem a 91.400 contratos que

deverem ser liquidados amanhã.

A consecução foi uma alta de 0,34% no dólar à vista de balcão, que encerrou a sessão valendo R\$ 2,047. No mês, a alta ficou em 1,84%. A Prax, que vai ser usada para a liquidação dos contratos futuros e de swap, fechou a R\$ 2,0499, com valorização de 0,92% no dia e de 1,41% em julho. No mercado futuro, o contrato de agosto valeu R\$ 2,050, com aumento de 0,39% e o contrato de setembro, R\$ 2,065, com elevação de 0,56%, às 17h21.

Com a alta de ontem, o dólar voltou a rondar o nível de R\$ 2,05 e a percepção dos especialistas é de que essa marca pode se sustentar, se nenhuma novidade de jogar a moeda norte-americana em novos patamares.

**Juros** - Ao fim da sessão regular da BM&F, a taxa dos contratos futuros de juros com vencimento em janeiro de 2013 (113.745 contratos) marcava 7,38%, ante 7,39% do ajuste de ontem. A taxa do DI para janeiro de 2014 (372.580 contratos) estava em 7,85%, ante 7,84% do ajuste anterior. Na ponta mais longa, o DI para janeiro de 2017 (75.390 contratos) tinha taxa de 9,02%, na mínima, ante o ajuste de 9,09%, e o DI para janeiro de 2021 (9.995 contratos) marcava 9,59%, na mínima, ante 9,68%.

## NY fecha em baixa na véspera de decisão

O mercado norte-americano de ações fechou em baixa nesta terça-feira, com os investidores mostrando cautela na véspera do anúncio da decisão de política monetária do Federal Reserve. Os investidores ignoraram os indicadores positivos divulgados nos EUA. "O mercado está prendendo o fôlego; é uma semana grande

de reuniões de bancos centrais e ninguém quer assumir ou mudar grandes posições antes disso; é o que explica a pouca volatilidade", comentou o estrategista Brian Gendreau, da Cetera Financial.

Entre as ações de empresas que divulgaram resultados, os destaques foram Pfizer (+1,39%), US Steel (+0,14%), Coach (-18,57%)

e Humana (-12,69%). As ações do banco suíço UBS caíram 4,16%, depois da divulgação de seu informe de resultados e da notícia de que o banco vai processar a Nasdaq por perdas sofridas no processo de oferta inicial de ações da Facebook.

O índice Dow Jones fechou em queda de 64,33 pontos (0,49%), em 13.008,68 pontos. O Nasdaq fechou

em baixa de 6,32 pontos (0,21%), em 2.939,52 pontos. O S&P-500 fechou em queda de 5,98 pontos (0,43%), em 1.379,32 pontos. O NYSE Composite fechou em queda de 47,12 pontos (0,60%), em 7.863,93 pontos. No mês de julho, o Dow acumulou uma alta de 1,00%, o Nasdaq, um ganho de 0,15% e o S&P-500, uma alta de 1,26%.

6.772,26 pontos, após atingir a máxima de 6.835,19 pontos. Os ganhos vistos mais cedo foram apagados depois de o Bundesbank, BC da Alemanha, comentar que o BCE precisa concentrar sua política monetária na estabilidade de preços na zona do euro. A inflexão teve o maior ganho da sessão, saltando 6,7% após a divulgação de resultados trimestrais acima da expectativa. Outro destaque foi a Daimler, que avançou 1,5%.

Em julho, a bolsa alemã teve um forte ganho de 5,55%.

A Bolsa de Lisboa foi a exceção desta terça. O índice PSI-20 teve um pequeno ganho de 0,07% e fechou aos 4.688,08 pontos, reduzindo a perda do mês para 0,21%.

animaram os investidores. O Nikkei subiu 59,62 pontos, ou 0,7%, e terminou aos 8.695,06 pontos, após subir 0,8% na sessão de segunda-feira - foi o maior fechamento desde 19 de julho.

O índice abriu em queda, mas permaneceu no campo positivo a maior parte da sessão. A renovada valorização do iene sobre o dólar e o euro limitou parte dos ganhos.

"Os investidores estão aguardando medidas de apoio do BCE, como decisões para comprar títulos dos governos da Itália, Espanha e Grécia", disse Yoshihiro Ito, estrategista-chefe da Okasan Online Securities.

OPERADORAS

## TIM diz que País poderia ter investido mais

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, disse, nesta terça-feira, que "nos próximos dias" poderá ocorrer a revogação da suspensão das vendas de novas linhas para operadoras de telefonia, punidas desde o dia 23 de julho. "As medidas apresentadas pelas empresas (de melhoria dos serviços) têm o compromisso de implementação e serão divulgadas na internet para cobrança, não só pela Anatel, como pela sociedade em geral", afirmou, após participar de evento organizado pela Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA).

Bernardo avaliou que os planos divulgados pelas empresas estão "satisfatórios" e deverão melhorar o serviço das operadoras daqui para frente. O ministro destacou, porém, que não tem os detalhes dos planos enviados das companhias, por ser uma tarefa técnica da Anatel. "A cada fim de dia eu pergunto ao presidente do Conselho da TIM como é que está (a situação). Se está evoluindo, se está boa. Isso é uma questão para o técnicos resolverem", afirmou.

O presidente do Conselho Administrativo da TIM, Manoel Horácio Francisco da Silva, afirmou ontem que o Brasil perdeu a oportunidade de investir algo em torno de R\$ 400 bilhões em infraestrutura nos últimos dez anos. Ele foi um dos palestrantes do seminário Almoço com Henrique Meirelles - Economia Brasileira e as Perspectivas para o Segundo Semestre, organizado pela FTI Consulting.

Essa falta de investimentos na infraestrutura, de acordo com Francisco da Silva, está entre os vários fatores que impedem a economia brasileira de crescer a uma taxa equivalente a 5% ao ano. "Nos últimos dez anos, a economia brasileira foi ajudada pelo crescimento mundial", disse presidente do Conselho da TIM. Tal crescimento - puxado sobretudo pela China - fez com

que o mundo comece mais e eleve os preços das commodities.

O efeito colateral deste crescimento puxado pela valorização das commodities, de acordo com Francisco da Silva, fez com que a moeda brasileira se valorizasse e tirou competitividade da indústria brasileira. Mas, enquanto a economia cresce, defende o executivo da TIM, o governo brasileiro poderia ter reduzido os gastos, o que o teria permitido investir R\$ 400 bilhões em infraestrutura e evitado que a indústria brasileira chegasse a tal ponto de falta de competitividade em relação a seus concorrentes.

De acordo com Francisco da Silva, nos últimos dez anos os gastos públicos saltaram de 14% para 19% do PIB, somando R\$ 1,2 trilhões. Para ele, se o governo tivesse reservado parte do excedente que a própria economia gerou, poderia ter investido R\$ 400 bilhões.

O presidente do Conselho da TIM vê nas recentes medidas de estímulo adotadas pelo governo preocupação com a indústria, mas as considera insuficientes. "Uma hora o governo terá de investir em educação, em inovação e infraestrutura", diz Francisco da Silva.

O executivo acha que o PIB tem potencial de crescimento de apenas 3% ao ano, quando deveria estar crescendo a taxas superiores a 4%. Para este ano, o presidente da TIM acredita que o PIB crescerá de 1,7% a 2%, no máximo.

**Prejuízo** - A companhia espera crescimento acima de 10% da receita e da geração de caixa medida pelo Ebitda. No primeiro semestre, o faturamento da empresa cresceu 12,6%, para R\$ 9,016 bilhões, e o Ebitda avançou 9,2%, para R\$ 2,383 bilhões.

"Ainda é cedo para definir impacto do bloqueio (nas receitas). Esperamos que (a suspensão) se resolva rapidamente", afirmou o diretor de operações da empresa, Lorenzo Lindner.

## Na Europa, série de ganhos é interrompida

As bolsas europeias interromperam a série de ganhos dos últimos pregões e fecharam majoritariamente em baixa nesta terça-feira, pressionadas por alguns balanços ruins e com investidores evitando tomar posições antes das reuniões de política monetária nos EUA e Europa.

O índice Stoxx Europe 600 caiu 1%, para 261,38 pontos, após três sessões em alta. Em julho, no entanto, o ganho acumulado foi de 4,1%.

O Federal Reserve, o BC norte-americano, começou ontem e concluiu hoje sua reunião para revisar juros. Os investidores querem saber se o Fed anunciará uma nova rodada de compra de

títulos numa tentativa de estimular a economia dos EUA, cuja recuperação tem sido cambaleante. Na quinta-feira, será a vez do Banco Central Europeu (BCE) e do Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês) fazerem seus anúncios de política monetária.

O índice de Londres, o FTSE 100, apresentou a maior perda, de 1,02%, e fechou na mínima do dia, aos 5.635,28 pontos. A BP, que frustrou o mercado com uma forte queda no lucro do segundo trimestre, deu um tombo de 4,4%. Já o Royal Bank of Scotland (RBS) recuou 3,8%, em parte por causa de um comentário de seu executivo-chefe, Stephen Hester, de que o banco

podrá receber uma multa pesada por seu suposto papel no escândalo da manipulação da Libor. Em julho, porém, o índice garantiu uma alta de 1,15%.

O índice de Madri, o Ibox-35, perdeu 0,94% e fechou aos 6.738,10 pontos, após quatro pregões consecutivos de alta, em meio a notícias de que cresceu a fuga de capitais da Espanha e de vendas fracas no varejo em junho. Repsol liderou as perdas, com uma queda de 3,7%. BBVA, que divulgou queda nos lucros, encerrou com baixa de 0,9%. Em julho, o Ibox-35 despencou 5,13%.

O índice Dax, de Frankfurt, terminou o dia quase estável, com uma ligeira queda de 0,03%, aos

## Ásia fecha em alta com Fed e BCE

Novamente à exceção da China, que sofre com os fatores locais, os mercados asiáticos encerraram em alta nesta terça-feira. Os investidores da região seguem na expectativa de que o Federal Reserve (Fed) e o Banco Central Europeu (BCE) possam lançar medidas de estímulo para impulsionar o crescimento econômico.

Este foi o caso na Bolsa de Hong Kong. O Hang Seng avançou 1,08% e terminou aos 19.796,81 pontos, após alta de 1,6% na segunda-feira.

Já as Bolsas da China voltaram a apresentar o pior resultado em mais de três anos. No

vamente, o mercado foi afetado pelas persistentes preocupações com a economia doméstica. O Xangai Composto caiu 0,3% e terminou aos 2.103,63 pontos, o pior fechamento desde 3 de março de 2009 - no mês, o índice acumulou queda de 5,5%. O Shenzhen Composto recuou 1,4%, aos 849,96 pontos.

Em Taiwan, a Bolsa de Taipé encerrou o dia em alta. O índice Taiwan Weighted subiu 1,56%, aos 7.270,49 pontos.

A Bolsa de Seul, na Coreia do Sul, fechou em território positivo, também influenciada pelas reuniões do Fed e do BCE marcadas

para esta semana. O índice Kospi estendeu seus ganhos pela quarta sessão consecutiva e subiu 2,07%, aos 1.881,99 pontos - a maior pontuação desde 21 de junho.

Na Austrália, a Bolsa de Sydney também fechou em alta pela quarta sessão consecutiva. O índice S&P/ASX 200 subiu 0,55%, aos 4.269,15 pontos.

**Tóquio** - A Bolsa de Tóquio estendeu os ganhos e fechou em alta nesta terça-feira, no quarto pregão consecutivo de ganhos. As crescentes expectativas de que o Banco Central Europeu (BCE) poderá anunciar, na quinta-feira, medidas adicionais de estímulo

**Gazeta**  
DE NOTÍCIAS  
www.jgn.com.br

Publicação da empresa  
JGN Editora Ltda.  
Departamento Comercial  
e Administração  
Rua Delgadine, 23  
Sabrosa 116 e 117  
Centro - Rio de Janeiro  
CEP 20030-080  
Diretora Geral  
Elizabeth Campos  
elizabethcampos@jgn.com.br

Comercial: PAEX (21) 3553-5353  
comercial@jgn.com.br  
Conselho Editorial:  
Des. José Geraldo da Fonseca  
Des. Sidney Hartung  
Mônica de Cavalcanti Gusmão  
Redação:  
(21) 2233-5823  
redacao@jgn.com.br  
Projeto Gráfico: dritba design gráfico

Impressão:  
Gráfica Monitor Mercanti  
Rua Marcondes Dias, 26 - Centro - RJ  
Editor-chefe:  
Gabriel Felício  
gabriel@jgn.com.br  
Subeditora:  
Rafaela Pereira  
rafaelapereira@jgn.com.br

Diagramação:  
Felipe Ribeiro  
feliperibeiro@jgn.com.br  
Rodrigo Gurski  
rodrigo@jgn.com.br  
Artigos e Colunas:  
colunistas@jgn.com.br  
Filado a  
**ANJ** ASSOCIAÇÃO  
NACIONAL DE  
JORNALISTAS  
www.anj.org.br

Preços de Assinatura  
Trimestral.....R\$ 60,00  
Semestral.....R\$ 110,00  
Anual.....R\$ 210,00  
assinatura@jgn.com.br  
Serviço Noticioso  
Agências Brasil e Estado  
As matérias e artigos são de  
responsabilidade dos autores e não  
representam, necessariamente,  
o opinião deste jornal





CONTINUAÇÃO

## XEROX SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 02.899.166/0001-17  
NIRE 3320735684-7

reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições e obrigações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo. As diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os efeitos decorrentes das diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são avaliados em função da existência de provável liquidez legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incorridos pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributária e diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidez dos saldos numa base líquida. 2.19. **Benefícios a empregados - (a) Obrigações de aposentadoria:** Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pelas empresas do Grupo são administrados pela São Rafael Sociedade de Previdência (Fundação). Os planos patrocinados são de benefícios definidos (fechado ao ingresso de novos participantes desde 1997 e atualmente em caráter residual) e o plano de contribuições definidas. O Plano de Benefício Definido ("BD") constitui plano em que não há contribuições dos participantes e o beneficiário tem uma renda vitalícia garantida, reajustada periodicamente, conforme as regras estabelecidas em seu regulamento. O plano de contribuição definida ("CD") é um plano de pensão segundo o qual a patrocinadora e os participantes fazem contribuições para um fundo de acordo com os regulamentos vigentes e o benefício consiste em renda de acordo com o saldo individual constituído, pago em prazo fixo ou em percentual a escolha do participante. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais relacionadas ao plano de contribuição definida. As contribuições da patrocinadora são reconhecidas como despesa à medida que são efetuadas. A Empresa possui ativos referentes ao Fundo Previdenciário da Fundação São Rafael relativo ao plano CD. De acordo com o estatuto da Fundação, a Empresa pode utilizar esse fundo para custeio das contribuições da Fundação no plano de contribuições definidas. (b) **Remuneração com base em ações:** Alguns executivos e outros funcionários do Grupo são remunerados com ações emitidas pela Xerox Corporation (controladora do Grupo). O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa contra a conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado. As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções adquiridas. O valor total da despesa, o valor justo da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido ("vesting period"); período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujo direito deve ser adquirido em base no saldo individual constituído, o qual não é reconhecido. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuídos, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas. (c) **Benefícios de rescisão:** Os benefícios de demissão são pagos sempre que o vínculo empregatício do funcionário é encerrado antes da data normal de aposentadoria ou sempre que um funcionário aceita a demissão voluntária em troca de uma indenização. O Grupo reconhece os benefícios de demissão quando está, de forma demonstrável, comprometido com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários segundo um plano formal e detalhado sem possibilidade de desistência ou com a concessão de benefícios de demissão voluntária. (d) **Participação nos lucros:** O reconhecimento desta participação é efetuado mensalmente e, quando do encerramento do exercício, é ajustado em função do valor ser mensurado de maneira confiável pelo Grupo, de acordo com as regras aprovadas por um sindicato ligado à operação do Grupo. 2.20. **Capital social:** O capital social é dividido em ações ordinárias e ações preferenciais e dividido em 3.774.774,819 (três bilhões, setecentos e setenta e quatro milhões, setecentos e setenta e quatro mil e oitocentos e dezesseis) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. 2.21. **Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. (a) **Venda de produtos:** O Grupo vende uma variedade de equipamentos e suprimentos. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que uma empresa do Grupo efetua a entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre os produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeta que impeça a aquisição de produtos pelo comprador. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o comprador; (iii) o comprador tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas ou o Grupo tenha recebido os pagamentos e cumprido todos os critérios para aceitação formalizados. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, líquidas dos descontos. As vendas são realizadas com prazo de pagamento de 30 a 45 dias, que não incluem o financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente. (b) **Vendas de serviços:** O Grupo vende serviços relacionados ao processamento de documentos e informações, gerenciamento eletrônico de documentos, manutenção e assistência técnica de equipamentos e softwares relacionados ao processo de reprodução gráfica. Esses serviços são prestados com base no tempo incorrido e no material utilizado, ou com base em contrato de preço fixo. Os períodos dos contratos, geralmente, variam entre um ano a até seis anos. A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço e aceita pelos clientes. Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, como extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos e estão refletidas no resultado do período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão. 3. **Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e no conhecimento, incluindo expectativas, relativas a eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. 3.1. **Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. (a) **Provisão para contingências:** As provisões para contingências são registradas e/ou divulgadas, a menos que a possibilidade de perda seja considerada remota pela administração. As provisões e estimativas são realizadas considerando a posição de nossos consultores jurídicos. As contingências estão divulgadas na nota 16. O registro contábil de uma provisão para contingência na data das demonstrações financeiras é não quantitativo e o valor da perda pode ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, a resolução de uma contingência ocorre quando um ou mais eventos futuros são observados. Tipicamente, a ocorrência desses eventos (tais como decisões judiciais finais) depende da atuação da administração, dificultando a precisão das estimativas contábeis acerca da data de conclusão desses eventos. A avaliação de tais passivos exige a necessidade de estimativas e julgamentos significativos da administração quanto aos resultados futuros. As contingências trabalhistas são contabilizadas através de um cálculo que determina a taxa de perda histórica das ações judiciais contra a Empresa que foram encerradas ou seja, o custo total dos processos encerrados sobre o valor original da causa. Esta taxa histórica é aplicada sobre o valor das ações judiciais vigentes, deter-

minando assim o valor a ser provisionado. (b) **Provisão de impairment de estoques:** A provisão de impairment de estoques é registrada quando a administração da Empresa avalia que o valor de custo de seus estoques está registrado por valor superior ao valor justo recuperável. A provisão de impairment de estoques está descrita na nota 10. A análise da recuperabilidade dos saldos de estoques requer uma avaliação criteriosa da administração que avalia trimestralmente, a recuperabilidade de seus estoques. O registro de impairment de estoques, envolve a avaliação da administração e julgamentos críticos relativos, principalmente, à obsolescência, a idade ou custo ou mercado. No caso de obsolescência, trimestralmente a administração, baseada em dados históricos e prognósticos futuros, avalia a necessidade de se complementar ou reverter provisão de impairment por obsolescência. A administração avalia ainda, o valor de seus estoques com base no custo ou valor de mercado (valor justo). Os dois o menor. Caso o valor de mercado determinado com base em custo de reposição ou de venda, seja inferior ao valor de custo, o Grupo constitui provisão para impairment. No ano de 2011 foi registrado uma reversão do impairment de estoques R\$ 10.616 (2010 - R\$ 959). (c) **Fundo previdenciário:** A Empresa possui ativos referentes ao Fundo Previdenciário da Fundação São Rafael. Esse fundo foi originado com recursos aportados pela Empresa os quais não foram retirados pelos participantes que se desligaram da Empresa, conforme previsto no plano de contribuição definida. De acordo com o estatuto da Fundação, a empresa pode utilizar esse fundo para custeio das contribuições futuras do plano CD e para o custeio das despesas administrativas desse plano. O ativo contabilizado está limitado ao valor presente das contribuições futuras descontadas à taxa de juros de 5% ao ano considerando o período de 20 anos relativo à expectativa média de contribuições da patrocinadora para os participantes do plano de contribuição definidas em 31 de dezembro de 2011. 4. **Gestão de risco financeiro - 4.1. Fatores de risco financeiro:** O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações. Nos termos dessa política, a administração realiza avaliações periódicas e independentemente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no balanço. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito das contrapartes. A política de gerenciamento de risco da Empresa foi estabelecida pela sua última controladora, a Xerox Corporation, e é acompanhada pela tesouraria. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. (a) **Risco de mercado - (i) Risco cambial:** O risco associado decorre das possibilidades de flutuações nas taxas de câmbio e de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais faturados ou aumentam valores captados junto a matriz. O Grupo tem compromissos de compras, bem como parte da receita de vendas em moeda estrangeira. Utiliza predominantemente este hedge natural para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio em relação a moeda estrangeira. O alargamento de prazo de liquidação de suas obrigações para com a matriz. Em 31 de dezembro de 2011 a Empresa possui os seguintes saldos em moeda estrangeira: (i) contas a pagar com partes relacionadas em USD 393 (R\$ 727); (ii) empréstimos com partes relacionadas em USD 61,858 (R\$ 116,090); (iii) **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** Considerando que o Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais do Grupo são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado. O risco associado é oriundo da possibilidade de a Empresa incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado ou junto à matriz. A Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas e, nos últimos anos, a empresa não realizou nenhum empréstimo com taxa de juros flutuantes, sendo que os empréstimos existentes são com a Xerox Corporation. (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado separadamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A". A área de avaliação de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A nota 6 traz divulgação adicional sobre o risco de crédito. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. (c) **Risco de liquidez:** A provisão de fluxo de caixa é avaliada em função da liquidez do Grupo. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito com o objetivo de assegurar, em qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa provisão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, restrições de vendas, restrições externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, o Grupo mantém depósitos de curto prazo de R\$ 7.053 (2010 - R\$ 18.558). A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, com correspondência ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

valor justo em 31 de dezembro de 2010.

Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Derivativos usados para hedge		264	264
Total no ativo circulante		264	264
Consolidado			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos			
Derivativos usados para hedge		78	78
Total no passivo circulante		78	78

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regulamentados disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de concorrência atual. Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem: • preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; • o valor justo de swaps de taxa de juros e câmbio pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; • o valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; e • outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

5. **Instrumentos financeiros por categoria**

Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2011		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes	44.631	44.631
Caixa e equivalentes de caixa	45.615	45.615
Depósitos compulsórios e judiciais	553.069	553.069
Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado		
	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2011		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Instrumentos financeiros derivativos relacionados	18	116.090
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	21.770	21.770
	18	137.860
Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado		
	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2010		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes	53.029	53.029
Caixa e equivalentes de caixa	64.358	64.358
Depósitos compulsórios e judiciais	472.830	472.830
Instrumentos financeiros derivativos	264	264
	264	590.217
Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado		
	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2010		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos com partes relacionadas	103.118	103.118
Instrumentos financeiros derivativos	78	78
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	19.712	19.712
	122.830	122.908

6. **Qualidade do crédito dos ativos financeiros:** A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

Consolidado		
	2011	2010
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Clientes grandes contas (i)	22.736	23.155
Clientes governo	804	4.726
Clientes distribuidores (ii)	10.464	9.987
Clientes no exterior (iii)	10.448	8.374
Outros	179	6.787
Total de contas a receber de clientes	44.631	53.029
Conta-corrente e depósitos bancários (*)		
AAA	45.615	64.358
Outros	500	207
	45.615	64.358
Depósitos compulsórios e judiciais (*)		
AAA	462.822	472.830
	462.822	472.830

(i) Clientes provenientes da prestação de serviços sem inadimplências  
(ii) Clientes com mais de seis meses sem histórico de inadimplências  
(iii) Clientes com mais de seis meses sem inadimplências  
(\*) Classificação extraída através do relatório de agência classificatória.

7. **Caixa e equivalentes de caixa**

Controladora				Consolidado			
2011		2010		2011		2010	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Recursos em banco e em caixa	18	264	78	38.562	45.800		
Depósitos bancários de curto prazo				7.053	18.558		
				6	45.615		

Os depósitos bancários de curto prazo possuem liquidez imediata e resgate em até 90 dias.

8. **Instrumentos financeiros derivativos**

Consolidado			
2011		2010	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos de câmbio de taxa - hedge de fluxo de caixa	18	264	78
Parcela circulante	18	264	78

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

9. **Contas a receber de clientes e demais contas a receber**

Consolidado		
	2011	2010
Contas a receber de clientes	47.352	55.709
Menos: provisão para impairment de clientes	(2.721)	(2.680)
Contas a receber de clientes, líquidas	44.631	53.029
Menos parcela não circulante		
Parcela circulante	44.631	53.018
Todas as contas a receber não circulantes vencem em até dois anos a contar da data do balanço. Em 31 de dezembro de 2011, contas a receber de clientes no consolidado, no total de R\$ 44.631 (2010 - R\$ 53.018) líquido de impaired e provisões. Não havia contas a receber impaired na Controladora. O valor da provisão era de R\$ 2.721 em 31 de dezembro de 2011 (2010 - R\$ 2.680). As contas a receber individualmente impaired referem-se principalmente a clientes de contratos de serviço de manutenção. Segundo avaliação, uma parcela das contas a receber deve ser recuperada. As contas a receber vencidas e não impaired são como seguem:		
Consolidado		
	2011	2010
De três a seis meses	311	1.914
Acima de seis meses	133	95
	449	2.009

As contas a receber de clientes e demais contas a receber do Grupo são mantidas nas seguintes moedas:

Consolidado		
	2011	2010
Reais	36.822	47.292
Dólares americanos	10.530	8.479
	47.352	55.709

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo



# XEROX SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CONTINUAÇÃO

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais". Os valores debitados a conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

Consolidado		2011	2010
Em 1º de janeiro		2.660	4.120
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber		1.189	1.651
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis		(763)	(1.283)
Valores não usados, estorvidos		(385)	(1.328)
Em 31 de dezembro		2.721	2.680

### 10. Estoques

Consolidado		2011	2010
Matérias-primas		5.252	9.775
Produtos em elaboração		1.048	1.354
Produtos acabados		78.330	91.939
Importações em andamento		5.670	7.482
Provisão para perdas		(40.961)	(53.672)
		50.239	59.874

Produtos acabados compreendem substancialmente equipamentos, suprimentos e peças de reposição dos equipamentos utilizados no curso dos contratos de prestação de serviços. A provisão para perdas é constituída com base na estimativa da administração da não realização dos estoques. Para equipamentos, a estimativa é feita com base na expectativa de venda dos equipamentos para o próximo ano. Para suprimentos e peças de reposição, a estimativa é feita com base em dados históricos de consumo do último ano e projeção de realização para 5 anos com base nesse histórico.

Consolidado		2011	2010
Saldos em 31 de dezembro de 2009		(51.676)	(51.995)
Reserva constituída		6.194	6.194
Baixas		(12.833)	(12.833)
Saldos em 31 de dezembro de 2010		(58.315)	(58.634)
Reserva constituída		(3.311)	(3.311)
Baixas		(13.927)	(13.927)
Saldos em 31 de dezembro de 2011		(40.061)	(40.061)

11. *Ativos não circulantes mantidos para venda:* Os ativos referentes à unidade de negócios de prestação de serviços de impressão de documentos "Xerox Connection Center" localizada no município de Barueri/SP foram apresentados como mantidos para venda após a aprovação, em outubro de 2010, da venda dessa unidade por parte da administração. A venda foi concluída em fevereiro de 2011.

Consolidado		2011	2010
Imobilizado		9.600	9.600
Estoques		3.500	3.500
Provisão para perda		(2.800)	(2.800)
		10.300	10.300

Não houve grupo de ativos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2011. Passivos do grupo de ativos classificados como mantidos para venda:

Consolidado		2011	2010
Adiantamentos		10.300	10.300
		10.300	10.300

A análise do resultado das operações descontinuadas está apresentada a seguir:

Consolidado		2011	2010
Receitas dos serviços prestados		8.729	66.543
Custo dos serviços prestados		(5.803)	(65.325)
Lucro do exercício de operações descontinuadas		2.926	1.218

### 12. Investimentos em subsidiárias - (a) Investimentos em subsidiárias (Controladoras)

Consolidado		2011	2010
Em 1º de janeiro		273.599	278.292
Participação nos prejuízos de subsidiária		(32.028)	(6.103)
Outras variações patrimonial líquido de subsidiárias		(210)	1.458
Em 31 de dezembro		241.361	273.599

### 13. Intangível

Consolidado		2011	2010
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010		10.159	10.159
Saldo inicial		4.907	4.907
Aquisições		(3.530)	(3.530)
Amortização		11.536	11.536
Em 31 de dezembro de 2010		31.159	31.159
Amortização e <i>impairment</i> acumulados		(19.623)	(19.623)
Saldo contábil, líquido		11.536	11.536
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011		11.536	11.536
Saldo inicial		11.536	11.536
Aquisições		2.137	2.137
Amortização		(4.903)	(4.903)
Saldo contábil, líquido		8.892	8.892
Em 31 de dezembro de 2011		27.850	27.850
Amortização e <i>impairment</i> acumulados		(18.958)	(18.958)
Saldo contábil, líquido		8.892	8.892

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada direta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Nome	País	Negócio	Ações ordinárias
Xerox Comércio e Indústria Ltda.	Brasil	Venda de equipamentos, manufaturas e serviços de impressão	100

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Nome	País	Negócio	Ações ordinárias
Xerox Comércio e Indústria Ltda	Brasil	Venda de equipamentos, manufaturas e serviços de impressão	100
Xerox Comércio e Indústria Ltda	Brasil	Venda de equipamentos, manufaturas e serviços de impressão	100
Xerox Comércio e Indústria Ltda	Brasil	Venda de equipamentos, manufaturas e serviços de impressão	100

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Segue abaixo a participação do Grupo na controlada indireta, Empresa de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ajuízo) e passivos:

Consolidado		2011	2010
Em 1º de janeiro		2.660	4.120
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber		1.189	1.651
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis		(763)	(1.283)
Valores não usados, estorvidos		(385)	(1.328)
Em 31 de dezembro		2.721	2.680

Em 31/12/2011  
Custo 87.609 114.851 118.688 15.281 336.429  
Depreciação acumulada (55.322) (99.078) (90.848) (10.964) (256.214)  
Saldo contábil, líquido 32.287 15.773 27.840 4.317 80.215  
(\*) Referem-se as transferências entre estoques e imobilizado quando um equipamento é alocado ou devolvido proveniente de uma prestação de serviço.  
O montante de R\$ 33.966 (2010 - R\$ 37.435) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo de venda de produtos e serviços" (2011 - R\$ 26.425; 2010 - R\$ 25.865). Despesas gerais (2011 - R\$ 7.541; 2010 - R\$ 4.434). A Empresa possui um montante de R\$ 29.485 (2010 - R\$ 31.120) de ativos dados em garantia em processos judiciais.  
15. *Provisão para reestruturação:* Em 2011, o grupo passou por um processo de reestruturação financeira, em função da deterioração do planejamento de serviço técnico, paralização da venda de papel e a venda da unidade de negócios de prestação de serviços de impressão de documentos "Xerox Connection Center" localizada no município de Barueri/SP, que em outubro de 2010, foi aprovada por parte da administração para venda. As despesas de reestruturação foram de R\$ 39.794 (2010 - R\$ 22.157) contabilizadas em "Despesas (recargas) gerais" e referem-se as despesas com desligamento dos empregados. *Contingências:* (a) Na data das demonstrações financeiras, o Grupo apresentava as seguintes passivas e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

Depósitos judiciais	Provisões para contingências	
	2011	2010
Tributárias	262.545	276.206
Trabalhistas	194.268	193.899
Cíveis	6.010	2.725
	462.823	472.830

A movimentação da provisão no exercício de 2011 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31/12/2009	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
66.739	249.104	13.843	329.686	
Adições	22.973	11.063	34.036	
Baixas	(34.572)	(33.786)	(5.241)	
Atualizações monetárias	2.660	17.073	2.154	
Saldo em 31/12/2010	57.624	243.456	19.077	
Adições	2.442	46.562	7.357	
Baixas (*)	(32.999)	(61.021)	(12.250)	
Atualizações monetárias	3.490	18.458	2.249	
Saldo em 31/12/2011	30.565	247.455	16.433	

(\*) O total de baixas é composto por reversões de provisões no montante de R\$ 80.098 e pagamentos de R\$ 25.171. (c) *Natureza das contingências:* O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas periodicamente, sempre amparada pela opinião de seus consultores legais externos. A natureza das obrigações pode ser resumida como segue: \* *Tributárias* - referem-se (i) discussão envolvendo o reconhecimento de crédito tributário, com base no valor de R\$ 17 milhões; (ii) provisão para honorários advocatícios no valor de R\$ 7 milhões; \* *Trabalhistas e previdenciárias* - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. A metodologia de cálculo do valor dessa é baseada em critérios históricos, considerando principalmente os valores inicialmente pedidos, o perfil de risco dos reclamantes e a taxa de sucesso da Empresa nas discussões judiciais. \* *Ações cíveis* - as contingências cíveis estão relacionadas a reclamações de clientes em função de questões contratuais. (d) *Perdas possíveis* não demonstradas no balanço: A Empresa tem ações de natureza tributária e cíveis, envolvendo litígios de grande complexidade, em andamento. A administração opera com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	Consolidado	
	2011	2010
Tributárias	507.388	493.761
Cíveis	32.543	38.089
	539.931	531.850

A natureza das ações pode ser resumida como segue: *Tributárias* - referem-se, principalmente, a ações relacionadas a ICMS (R\$ 191 milhões), ISS (R\$ 102 milhões), INSS (R\$ 94 milhões), CSLL/IRPJ (R\$ 98 milhões), IPI/II (R\$ 25 milhões), PIS/COFINS (R\$ 37 milhões, e outros (R\$ 20 milhões); e *Ações cíveis* - as ações cíveis estão relacionadas a reclamações de clientes em função de questões contratuais. 17. *Programa de Recuperação Fiscal (REFIS):* Em novembro de 2009, a Empresa aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas: (a) Para os débitos referentes a COFINS, IOF, CIDE e CIDE-ICMS, o prazo de pagamento é de 30 meses; (b) Abrangência dos débitos parcelados:

	Consolidado	
	2011	2010
Tributárias	507.388	493.761
Cíveis	32.543	38.089
	539.931	531.850

COFINS - compensação dos valores de COFINS (majoração do alíquotas); IOF - com créditos de COFINS sobre locação - 3 casos. Desistências já protocoladas IOF - questiona a legalidade da Lei nº 8.799/96 que determina a incidência do IOF sobre empréstimos entre empresas não financeiras - 2 casos - Desistências já protocoladas CIDE - instutucionalidade da cobrança da CIDE - 1 caso desistências já protocoladas CPMF - 7 PMIs - 7.715,4110 Outros - 2.438 63 2.501 Pagamento parcelamento (6.725) (6.725) Total do parcelamento 60.031 5.606 72.086 137.723 Redução de juros e multa (12.949) Compensação de prejuízos fiscais (11.705) Saldo em 31 de dezembro de 2011 113.070

Como consequência da adesão ao REFIS, a Empresa obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito ou qual se funde a referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados. Os débitos parcelados não foram o objeto de beneficiário adicional. 18. *Imposto de renda e contribuição social diferidos:* O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto de renda e do imposto de contribuição social. As quotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O Grupo apresenta em seus registros fiscais créditos tributários e previdenciários relativos a base negativa de contribuição social a compensar com lucros tributários futuros. Em 31 de dezembro de 2011 esses créditos tributários totalizam R\$ 827 milhões (2010 - R\$ 763 milhões) e foram gerados entre 2001 e 2011, mas ainda não foram reconhecidos no balanço, por não ser possível determinar seu valor atual, no presente momento, considerada provável. O saldo dos créditos em 2011 já encontra-se deduzido da parcela utilizada para pagamento dos débitos inscritos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. (b) *Benefícios de planos de pensão:* Em 31 de dezembro de 2011 esse créditos tributários totalizam R\$ 827 milhões (2010 - R\$ 763 milhões) e foram gerados entre 2001 e 2011, mas ainda não foram reconhecidos no balanço, por não ser possível determinar seu valor atual, no presente momento, considerada provável. O saldo dos créditos em 2011 já encontra-se deduzido da parcela utilizada para pagamento dos débitos inscritos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. (c) *Benefícios de planos de pensão:* Em 31 de dezembro de 2011 esse créditos tributários totalizam R\$ 827 milhões (2010 - R\$ 763 milhões) e foram gerados entre 2001 e 2011, mas ainda não foram reconhecidos no balanço, por não ser possível determinar seu valor atual, no presente momento, considerada provável. O saldo dos créditos em 2011 já encontra-se deduzido da parcela utilizada para pagamento dos débitos inscritos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. (d) *Benefícios de planos de pensão:* Em 31 de dezembro de 2011 esse créditos tributários totalizam R\$ 827 milhões (2010 - R\$ 763 milhões) e foram gerados entre 2001 e 2011, mas ainda não foram reconhecidos no balanço, por não ser possível determinar seu valor atual, no presente momento, considerada provável. O saldo dos créditos em 2011 já encontra-se deduzido da parcela utilizada para pagamento dos débitos inscritos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. (e) *Benefícios de planos de pensão:* Em 31 de dezembro de 2011 esse créditos tributários totalizam R\$ 827 milhões (2010 - R\$ 763 milhões) e foram gerados entre 2001 e 2011, mas ainda não foram reconhecidos no balanço, por não ser possível determinar seu valor atual, no presente momento, considerada provável. O saldo dos créditos em 2011 já encontra-se deduzido da parcela utilizada para pagamento dos débitos inscritos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. (f) *Benefícios de planos de pensão:* Em 31 de dezembro de 2011 esse créditos tributários totalizam R\$ 827 milhões (2010 - R\$ 763 milhões) e foram gerados entre 2001 e 2011, mas ainda não foram reconhecidos no balanço, por não ser possível determinar seu valor atual, no presente momento, considerada provável. O saldo dos créditos em 2011 já encontra-se deduzido da parcela utilizada para pagamento dos débitos inscritos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. (g) *Benefícios de planos de pensão:* Em 31 de dezembro de 2011 esse créditos tributários totalizam R\$ 827 milhões (2010 - R\$ 763 milhões) e foram gerados entre 2001 e 2011, mas ainda não foram reconhecidos no balanço, por não ser possível determinar seu valor atual, no presente momento, considerada provável. O saldo dos créditos em 2011 já encontra-se deduzido da parcela utilizada para pagamento dos débitos inscritos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. (h) *Benefícios de planos de pensão:* Em 31 de dezembro de 2011 esse créditos tributários totalizam R\$ 827 milhões (2010 - R\$ 763 milhões) e foram gerados entre 2001 e 2011, mas ainda não foram reconhecidos no balanço, por não ser possível determinar seu valor atual, no presente momento, considerada provável. O saldo dos créditos em 2011 já encontra-se deduzido da parcela utilizada para pagamento dos débitos inscritos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. (i) *Benefícios de planos de pensão:* Em 31 de dezembro de 2011 esse créditos tributários totalizam R\$ 827 milhões (2010 - R\$ 763 milhões) e foram gerados entre 2001 e 2011, mas ainda não foram reconhecidos no balanço, por não ser possível determinar seu valor atual, no presente momento, considerada provável. O saldo dos créditos em 2011 já encontra-se deduzido da parcela utilizada para pagamento dos débitos inscritos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. (j) *Benefícios de planos de pensão:* Em 31 de dezembro de 2011 esse créditos tributários totalizam R\$ 827 milhões (2010 - R\$ 763 milhões) e foram gerados entre 2001 e 2011, mas ainda não foram reconhecidos no balanço, por não ser possível determinar seu valor atual, no presente momento, considerada provável. O saldo dos créditos em 2011 já encontra-se deduzido da parcela utilizada para pagamento dos débitos inscritos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. (k) *Benefícios de planos de pensão:* Em 31 de dezembro de 2011 esse créditos tributários totalizam R\$ 827 milhões (2010 - R\$ 763 milhões) e foram gerados entre 2001 e 2011, mas ainda não foram reconhecidos no balanço, por não ser possível determinar seu valor atual, no presente momento, considerada provável. O saldo dos créditos em 2011 já encontra-se deduzido da parcela utilizada para pagamento dos débitos inscritos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. (l) *Benefícios de planos de pensão:* Em 31 de dezembro de 2011 esse créditos tributários totalizam R\$ 827 milhões (2010 - R\$ 763 milhões) e foram gerados entre 2001 e 2011, mas ainda não foram reconhecidos no balanço, por não ser possível determinar seu valor atual, no presente momento, considerada provável. O saldo dos créditos em 2011 já encontra-se deduzido da parcela utilizada para pagamento dos débitos inscritos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. (m) *Benefícios de planos de pensão:* Em 31 de dezembro de 2011 esse créditos tributários totalizam R\$ 827 milhões (2010 - R\$ 763 milhões) e foram gerados entre 2001 e 2011, mas ainda não foram reconhecidos no balanço, por não ser possível determinar seu valor atual, no presente momento, considerada provável. O saldo dos créditos em 2011 já encontra-se deduzido da parcela utilizada para pagamento dos débitos inscritos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. (n) *Benefícios de planos de pensão:* Em 31 de dezembro de 2011 esse créditos tributários totalizam R\$ 827 milhões (2010 - R\$ 763 milhões) e foram gerados entre 2001 e 2011, mas ainda não foram reconhecidos no balanço, por não ser possível determinar seu valor atual, no presente momento, considerada provável. O saldo dos créditos em 2011 já encontra-se deduzido da parcela utilizada para pagamento dos débitos inscritos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. (o) *Benefícios de planos de pensão:* Em 31 de dezembro de 2011 esse créditos tributários totalizam R\$ 827 milhões (2010 - R\$ 763 milhões) e foram gerados entre 2001 e 2011, mas ainda não foram reconhecidos no balanço, por não ser possível determinar seu valor atual, no presente momento, considerada provável. O saldo dos créditos em 2011 já encontra-se deduzido da parcela utilizada para pagamento dos débitos inscritos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. (p) *Benefícios de planos de pensão:* Em 31 de dezembro de 2011 esse créditos tributários totalizam R\$ 827 milhões (2010 - R\$ 763 milhões) e foram gerados entre 2001 e 2011, mas ainda não foram reconhecidos no balanço, por não ser possível determinar seu valor atual, no presente momento, considerada provável. O saldo dos créditos em 2011 já encontra-se deduzido da parcela utilizada para pagamento dos débitos inscritos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. (q) *Benefícios de planos de pensão:* Em 31 de dezembro de 2011 esse créditos tributários totalizam R\$ 827 milhões (2010 - R\$ 763 milhões) e foram gerados entre 2001 e 2011, mas ainda não foram reconhecidos no balanço, por não ser possível determinar seu valor atual, no presente momento, considerada provável. O saldo dos créditos em 2011 já encontra-se deduzido da parcela utilizada para pagamento dos débitos inscritos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. (r) *Benefícios de planos de pensão:* Em 31 de dezembro de 2011 esse créditos tributários totalizam R\$ 827 milhões (2010 - R\$ 763 milhões) e foram gerados entre 2001 e 2011, mas ainda não foram reconhecidos no balanço, por não ser possível determinar seu valor atual, no presente momento, considerada provável. O saldo dos créditos em 2011 já encontra-se deduzido da parcela utilizada para pagamento dos débitos inscritos no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. (s) *Benefícios de planos de*

MONTADORAS

## Mantega diz que não vai prorrogar redução de IPI

Roberta Lopes  
Da Agência Brasil

As medidas adotadas pelo governo em maio, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para estimular a indústria automotiva mostraram resultado positivo. De maio a junho, as vendas de veículos passaram de 280 mil para 353 mil, segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

"Houve reação forte", disse o ministro. A previsão para mês de julho, continuou Mantega, é de crescimento maior. "Em julho, a previsão é que se tenha vendido 360 mil veículos. Se isso ocorrer, porque até agora foram vendidos cerca de 340 mil, esse será o melhor julho da série histórica, ou seja, será o maior volume de vendas para este mês".

Mantega disse, no entanto, que o governo não pretende prorrogar o IPI reduzido para carros após agosto.

Mantega disse que as empresas automobilísticas não deixaram de cumprir o acordo firmado com o governo, de não demitir funcionários e manter os investimentos. Segundo o ministro, de 2012 até 2015, o setor deve investir R\$ 22 bilhões.

"Isso só vai ocorrer se o mercado de veículos estiver crescendo, se houver vendas de veículos, se houver exportações, se tivermos condições de competitividade. Para dar essa competitividade, para dar esse impulso ao

mercado que tinha se contraído por causa da indústria internacional, tomamos estas medidas".

Mantega comentou ainda sobre as demissões previstas na General Motors (GM). Segundo ele, a montadora não descumpriu a contrapartida acertada com o governo e o problema na fábrica de São José dos Campos (SP) é pontual.

"Verificamos os números da GM, estamos vendo que ela está com um saldo positivo de empregos, ou seja, está contratando", disse. "A GM mostrou os dados e no conjunto das fábricas há aumento de empregos. Há problemas localizados na fábrica em São José dos Campos e não cabe ao governo entrar neste tipo de detalhe, é uma questão de administração interna", acrescentou.

Desde que o governo adotou medidas para conter a importação de veículos e fortalecer o mercado nacional, caiu as importações de veículos, segundo Mantega. "Em junho, houve uma queda de importação de 30%. Com isso, o mercado volta a ser ocupado pelas empresas nacionais".

O diretor de Assuntos Institucionais da GM e vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan, disse que o compromisso com a manutenção dos postos de trabalho no setor está mantido. "A indústria reafirma a sua disposição em cumprir todos os compromissos assumidos com o governo, inclusive a manutenção do emprego".

DESIGUALDADE

## Brasil é o 72º em inclusão digital

Vinicius Nader  
Da Agência Estado

O Brasil está na média mundial quando o assunto é acesso a tecnologias da comunicação, mas as desigualdades internas são grandes: o acesso em Moema, bairro nobre da zona sul da capital paulista, é tão bom quanto na Holanda. Segundo o Índice Integrado de Telefonia, Internet e Celular (Ilic), lançado nesta terça-feira no Rio pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a taxa de acesso a essas tecnologias no Brasil ficou em 51,3%, deixando o País em 72º lugar no ranking global.

O indicador, com base em dados de pesquisa global do instituto Gallup do ano passado e no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, mede o acesso das pessoas com mais de 15 anos de idade a celular, internet via computador, telefone fixo e computador sem acesso à rede. O índice agregado é uma média do acesso a cada uma das quatro tecnologias.

O Ilic de Moema - considerando a região administrativa - é 93%, contra 83,9% na região administrativa da Lagoa - que engloba Leblon e Ipanema, entre outros bairros -, melhor índice do Rio. Se fosse um país, Moema seria quinta colocada no ranking mundial, atrás da

Nova Zelândia e acima da Holanda. O país com o melhor Ilic é a Suécia (95,8%), seguida da Islândia (95,5%). A média mundial é 49,1% e os países em pior colocação ficam em sua maioria na África.

São Paulo e Rio estão mal colocados no ranking nacional, em 19º e 20º lugares, com 71,8% e 71,6%, respectivamente. No ranking nacional, o estudo da FGV usa o Censo 2010 como base de dados. As melhores cidades são São Caetano do Sul (82,6%), Santos (78,2%), Florianópolis (77%), Vitória (76,6%) e Niterói (76%).

Segundo o economista Marcelo Neri, pesquisador do CPS/FGV e coordenador do estudo, essas cidades já se destacam em termos de renda per capita e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A pior cidade do País no ranking do Ilic é Fernando de Noronha, com 3,7%.

O pesquisador da FGV também chamou atenção para o Ilic do Complexo do Alemão, conjunto de favelas na Zona Norte do Rio, que ficou em 50,8%, o pior do Rio, mas ainda assim acima da média nacional e mundial.

"O Complexo do Alemão é uma área pobre em uma cidade rica", explicou Neri, complementando que as áreas pobres em cidades ricas aproveitaram-se da mesma infraestrutura, diferentemente das áreas rurais.

FMI

## Brasil pode ser "vítima de seu próprio sucesso"

Expansão acelerada de crédito e redução da Selic podem criar bolha imobiliária

Da Agência Estado

O Brasil pode ser "vítima de seu próprio sucesso". O alerta do Fundo Monetário Internacional (FMI) refere-se aos riscos da expansão acelerada do crédito e também da redução da taxa básica de juros, a Selic, sem o necessário alongamento dos prazos de crédito. Bolhas em preços no setor imobiliário e o endividamento das famílias são dois dos riscos mais evidentes.

No documento Avaliação da Estabilidade do Sistema Financeiro, divulgado nesta terça-feira, o FMI chama a atenção também para os riscos externos ao setor gerados pela volatilidade do mercado de capitais e pelos preços das commodities.

"Existe o risco de o sistema financeiro tornar-se vítima de seu próprio sucesso no País", afirmou Dimitri Demekas, diretor-assistente do Departamento de Mercados Monetários e de Capitais do Fundo, ao Boletim Digital da instituição. "A expansão acelerada do crédito nos últimos anos apoiou o crescimento da economia interna e o aumento da inclusão financeira. Mas essa expansão também poderia gerar vulnerabilidades".

Esta foi a primeira vez que o governo brasileiro autorizou a divulgação do documento pelo FMI. A avaliação do setor financeiro é feita desde 1999, a cada cinco anos, em 25 países. Desde 2002, quando deu-se a primeira avaliação do Brasil, o FMI constatou ter havido "crescimento, diversificação e sofisticação do sistema", que mostrou-se capaz de atravessar "excepcionalmente bem" a crise de 2008. O am-

biente atual, porém, é de desafios, alerta o Fundo.

A expansão do crédito nos últimos anos é um deles, mesmo sendo o total de empréstimos em relação do Produto Interno Bruto (PIB) ainda baixo. Essa situação não representa risco para os grandes bancos, mas gera vulnerabilidade para instituições de pequeno porte, com menos capacidade de cobrir uma eventual necessidade de liquidez. "É preciso monitorar e adotar medidas proativas para conter essas crescentes vulnerabilidades", recomendou o FMI.

O Fundo reforça sua mensagem em favor da redução da Selic, hoje em 8,0% ao ano. Porém, chama a atenção das autoridades brasileiras para o fato de essa queda gradual romper o atual equilíbrio existente no sistema financeiro brasileiro de juros altos e crédito de curto prazo. Será preciso, portanto, extremo cuidado para acomodar a economia e o setor financeiro em um novo equilíbrio, mais saudável, de juros baixos e crédito de longo prazo.

Sem esse cuidado, inúmeros riscos podem emergir. Se mexer com a Selic, o Banco Central pode estimular o aumento da inflação, criar instabilidade macroeconômica e favorecer a formação de bolhas de preços de ativos, especialmente dos imóveis. Se apenas estimular o alongamento do prazo do crédito, pode ampliar demais o passivo financeiro.

Nessa tarefa, a mudança de foco do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) será requerida. Há duas semanas, em sua avaliação da economia brasileira, o FMI já havia feito a mesma recomenda-

ção para o BNDES concentrar-se mais na concessão de crédito de longo prazo - em especial, para empresas sem capacidade de captar recursos no setor privado - e no financiamento de projetos de infraestrutura. O BNDES, salientou o Fundo, precisa deixar de lado os empréstimos de baixo risco - como os concedidos para a Petrobras - e tornar-se mais competitivo com o mercado privado.

Em outro documento divulgado nesta terça, sobre a observância das regras da Basileia pelo sistema bancário brasileiro, o FMI insistiu na necessidade de o governo aprovar legislação para garantir, formalmente, a autonomia do Banco Central. A questão, informa o documento, "continua em aberto". O País colocou em prática as regras de Basileia 2 e está em consultas para a aplicação gradual das de Basileia 3. Mas será preciso, reforçou o FMI, também reformar a governança do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

De forma geral, o FMI considerou o sistema financeiro brasileiro como "amplo, concentrado e altamente conectado, no âmbito doméstico". O sistema é formado por 1.475 instituições de depósito cujos ativos, somados, superam 100% do PIB do País. A capitalização é superior ao mínimo recomendado. Os cinco maiores bancos respondem por dois terços dos ativos. A presença de instituições estrangeiras ainda é menor do que em outros países latino-americanos. Esses bancos controlam menos de 20% do total de ativos do setor do País.

**Resposta** - Ao comentar dois relatórios divulgados nesta terça-feira pelo FMI sobre o Brasil,

o Banco Central afirmou que o Fundo considerou "rápida e eficaz" a resposta das autoridades brasileiras à crise externa, com o uso, por exemplo, de redes de proteção financeira como o Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

"Essas respostas tempestivas, que envolveram a utilização de colchões de liquidez em divisas internacionais e em moeda local, permitiram que o País e o SFN atravessassem bem a crise financeira internacional", diz o BC.

Ainda de acordo com o BC, o relatório do FMI aponta que as medidas macroprudenciais adotadas mostraram-se acertadas, úteis para gerenciar os fluxos de capital e melhorar sua composição. "O uso do compulsório e de requerimentos de capital para instituições financeiras funcionou bem para mitigar riscos no SFN", descreve a nota do BC.

O FMI atribui ainda a expansão do crédito no País, em grande parte, a "relevantes transformações sociais e macroeconômicas", diz o BC. A autoridade monetária afirma que, desde o último Programa de Avaliação do Setor Financeiro do Fundo, realizado em 2002, "ocorreram significativos avanços institucionais".

"Considerada forte, sofisticada e proativa, a supervisão bancária brasileira foi objeto de avaliação positiva em seu relatório de avaliação. Os instrumentos à disposição do Banco Central e sua estrutura de supervisão permitiram ao País ter excelentes notas em matéria de adequação às melhores práticas internacionais, representadas pelos Princípios de Basileia para uma supervisão efetiva, se destacando entre os países do G-20", diz o BC.

CONTAS PÚBLICAS

## Setor público cumpre 47% da meta fiscal

O setor público consolidado cumpriu menos da metade da meta fiscal do ano nos primeiros seis meses de 2012. Dados divulgados nesta terça-feira pelo Banco Central mostram que o governo alcançou 47% da meta de janeiro a junho. Em igual período de 2011, o governo havia cumprido 61% da meta.

Em 2012, o compromisso do setor público é economizar R\$ 139,8 bilhões para pagar os juros da dívida, o chamado superávit primário. Na primeira metade do ano, o valor acumulado chegou a R\$ 65,659 bilhões. Pouco menos da metade, portanto.

"A trajetória (das contas públicas) em 2012 é diferente da do ano passado", disse o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Túlio Maciel. "Já temos uma perspectiva de sinais de retomada do crescimento no segundo semestre. Já começamos a ver os sinais em julho", respondeu.

Maciel segue otimista com o cumprimento da meta de R\$ 139,8 bilhões no ano porque, segundo ele, a economia vai crescer a um ritmo mais forte na segunda metade do ano, o que vai garantir o aumento da receita obtida com impostos. "Com a perspectiva de retomada do crescimento da economia, haverá recuperação da receita, especialmente dos impostos que são mais sensíveis à atividade econômica", disse.

Usando a mesma explicação da última ata do Comitê de Política Monetária (Copom), Maciel explicou o otimismo com os próximos meses. "As medidas têm efeitos cumulativos e impacto defasado. Certamente, esses impactos se acentuarão no segundo semestre", disse.

FAZENDA

## Efeitos das medidas vão começar a aparecer

Adriana Fernandes,  
Célia Froufe e  
Renata Verissimo  
Da Agência Estado

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, previu nesta terça-feira que os efeitos das diferentes medidas anunciadas pelo governo começarão a aparecer ao longo do segundo semestre. "O governo já pôs em prática uma série de medidas em 2012. (Os efeitos) não são imediatos", comentou.

Ele citou que a desoneração da folha de pagamentos para 15 setores entra em vigor em agosto. A partir de quarta-feira as empresas pagarão menos INSS, e isso é sinônimo de redução de custo, segundo o ministro.

Além disso, Mantega enfatizou que as medidas do Brasil

Maior e a redução da taxa de juros terão efeitos "ao longo do tempo". "Os efeitos vão começar a aparecer agora, e cada vez mais neste segundo semestre", reforçou.

Questionado se novas ações podem ser anunciadas em breve, o ministro fez uma declaração abrangente. "É claro que o governo sempre pensa em medidas para aumentar a competitividade das empresas brasileiras".

O ministro ressaltou que o cenário internacional está cada vez mais competitivo e que a crise leve países a cortar custos e gastos. "Temos de acompanhar isso, as empresas brasileiras têm de ter as mesmas condições para tornar a economia brasileira uma das mais competitivas do mundo".

Na opinião do ministro, o setor de autopeças brasileiro é o que sofre mais com a retração internacional. "Na União Europeia, o setor que mais sofre é o da indústria automobilística. O Brasil, neste caso, é um país privilegiado, pois mantivemos o estado avançado de produção em 2009 e 2010", comentou.

O ministro salientou que o setor de autopeças já aderir à desoneração da folha de pagamentos a partir de quarta-feira. "Com isso, o custo vai cair", previu. Ele acredita que a situação problemática do segmento poderá ser revertida.

Mantega salientou que a diminuição das importações de autopeças pela Argentina também contribuiu para o quadro negativo no Brasil, mas que isso deve se reverter.

TESOURO

## Superávit primário recua 28,8% em junho

Célia Froufe e  
Adriana Fernandes  
Da Agência Estado

O Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) apresentou superávit primário de R\$ 1,272 bilhão em junho, conforme dados divulgados na manhã desta terça-feira pelo Tesouro Nacional. O montante equivale a uma queda de 28,8% em relação ao resultado de maio, quando o superávit foi de R\$ 1,788 bilhão. O saldo tam-

bém é 87,97% menor do que o de junho do ano passado, quando somou R\$ 10,580 bilhões.

O superávit primário do governo central em junho, de R\$ 1,272 bilhão, é o menor desde novembro de 2010, quando ficou em R\$ 1,028 bilhão. O saldo positivo do mês passado também é o mais baixo para meses de junho desde 2010, quando o superávit foi de apenas R\$ 668 milhões. Esses dados constam da série histórica do site do Tesouro Nacional.

No primeiro semestre do ano,

o Governo Central acumula superávit de R\$ 48,085 bilhões, uma baixa de 14,1% em relação à primeira metade de 2011, quando o saldo ficou positivo em R\$ 55,993 bilhões. Com a utilização dos números, o superávit primário no ano até agora representa 2,24% do Produto Interno Bruto (PIB). A meta para este ano é de R\$ 96,97 bilhões.

Esse recuo é explicado pelo fato de as despesas das contas do governo central crescerem em velocidade bem maior que as receitas.

**CARTÓRIO DA 5ª VARA DE ORFÃOS E SUCESSÕES EDITAL DE CITAÇÃO**  
Com o prazo de vinte dias

O MM. Juiz do Direito, Dr.(a) Tereza Cristina Sobral Bittencourt Sampaio - Juiz Titular do Cartório da 5ª Vara de Orfãos e Sucessões da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Av. Erasmo Braga - 115, 107 - C. Lamina - I CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133-2485 e-mail: cap05vos@01juis.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Inventário - Inventário, de nº 0064724-40.2002.8.19.0001 (2002.001.063115-2), movida por NEWTON CLETO DE CASTRO TORRES ANNA KÁTIA DINIZ ROA em face de SANDRA MARIA DE OLIVEIRA DINIZ ANNA KARINA DINIZ BISCAYZACU, objetivando: Assim, pelo presente edital CITA o réu ORFANATO SÃO JOSÉ, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para dentro do prazo legal, venha a tomar conhecimento dos termos do presente inventário e da Partilha nele acostada, oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que pressupor-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados, caso não ofereça contestação. E para que chegue ao conhecimento de todos e de quem interessar possa, é expedido o presente que será publicado na forma da lei e afixado no local de costume. Dado e passado nesta cidade de Rio de Janeiro, 19 de julho de 2012. Eu, Leoni de Almeida, Juiz de Direito, Matr. 01/31077, digitei. E eu, Ivanei Vieira de Carvalho - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/23917, o subscrevo.



Pedro Marcos Barbosa



## Questão de Justiça

pedromarcos@nbb.com.br

### Mitos e Opinião Pública

Entre os Roberto Grau costuma afirmar que o direito não é uma ciência, mas uma prudência que aplicada simultaneamente aos pressupostos axiológicos pessoais (de cada um) poderá extrair mais de uma resposta "correta" do mesmo enunciado textual. Em épocas eleitorais, tais como o presente, essa máxima do professor gaúcho faz ainda mais sentido, especialmente quando temperada por um julgamento de uma afamada ação criminal no STF.

Alguns anos após notório arranca-rabo na Câmara dos Deputados, certos políticos (profissionais e amadores) serão julgados com uma exposição muito maior do que uma simples praça pública; estarão à mercê das cusparadas midiáticas, numa potência cognitiva alavancada pelo canal 9 (TV Justiça, ao vivo), e, depois, pelas reprises em todas outras estações.

São tempos modernos, mas com velhos costumes: a oportunidade de reunir a família, fazer uma pipoca, e se entreter com o reality show jurídico às custas da liberdade alheia "é simplesmente imperdível"! Quem sabe, talvez, a grande mídia não pré-combine patrocinadores para os intervalos do julgamento, de modo que se possa fazer o "product placement" e o "merchand", sem deixar de entreter o telespectador? Não ouço na rua nenhuma sede de sangue, mas basta sintetizar em qualquer rede de televisão aberta para ouvir pseudo-intelectuais e jornalistas urrando por "Justiça", que, ao ver deles, é sinônimo de condenação. Mas o argumento mais "interessante" dos discursos papagaios é que a "opinião pública" demandaria uma satisfação ética (??) do Supremo Tribunal Federal.

E que diabos seria "opinião pública"? Será que esse "conceito indeterminado" corresponderia às conhecidas pesquisas de opinião, que destacam "apuradamente" o índice de votos que cada candidato detém antes das eleições? Pois se for, acho engraçado que em doze anos de capacidade eleitoral nunca ter sido entrevistado para relatar meu futuro voto, ou mesmo conhecer alguém que tenha sido indagado.

Por outro lado, há quem pense que a dita "opinião pública" seria uma forma eufemística e politicamente correta de se cognominar "opinião publicada", o que parece menos hipócrita e, quiçá, mais preciso. Seria, então, correto equivar "opinião pública" com o pitaco dado pela maioria dos experts televisivos, ou pela famosa revista quinzenal de publicidade que, a cada dez páginas, dispõe de algum furo de reportagem (que alguns chamam de reportagem furada)? Outro fator predominante nesse período "pré-espetáculo" do "Mensalão" é o exercício de previsões "certeiras" de "grandes especialistas", ou futurólogos, que entendem "completamente o caso" mesmo não tendo lido os autos da famigerada AP470. Sabem de tudo sobre a acusação, os fatos, e os acusados, pois toda a realidade foi estampada nos tablóides ou ruminada pelas bocas dos engomadinhos dos telejornais.

E lá pelas tantas alguém há de indagar: "por que perder tanto tempo e dinheiro com um julgamento dessas pessoas que 'todos sabem' serem pilantras"? De fato os acusados já foram julgados e condenados pela grande imprensa, sem direito a contraditório e ampla defesa, na "verdadeira" democracia do achismo do Editor. E se provados inocentes depois, certamente o veículo de comunicação publicará uma erratina logo ali, próximo ao obitório onde restarão os resquícios evanescentes da honra objetiva de cada ex-acusado.

Ou, na melhor das hipóteses, processados e condenados pelo Judiciário, alguns veículos comunicativos mais aqodados serão obrigados a ressarir quantias enormes de 5 mil reais, tudo em nome da liberdade de imprensa. Estamos todos com a dignidade - forçadamente - no comércio, e o preço mais caro a ser pago, a posteriori, será o de um Chevette velho.

Essa devassa da vida pessoal dos acusados, com dossiês e especulações sobre condutas anti-republicanas, propugnada pelos "paladinos da moralidade" do "plim-plim", em pouco difere de métodos inquisitórios dos regimes despóticos. O clássico livro de Antonio Carlos Barandieri ("Relatos - Um advogado na Ditadura") resume o fenômeno: "[c]onta-se, para tanto, com a crença dos leigos, estimulada pelos pseudo-técnicos, de que a segurança de todos depende da atrocidade com que se castigam os delinquentes. Os segmentos populares, principais vítimas da violência institucional, são seduzidos pela propaganda; setores da classe média, que se consideram imunes ao arbítrio, aderem ao discurso do engodo. Deterioram-se as garantias de todos, a Constituição é substituída por um democrático apurar e julgar pelo fascista prender e punir".

A "verdade", essa palavrinha sofisticada e ardilosa, é proferida pela "maioria", mesmo que não saibamos de qual maioria estejam falando: a maioria da população, dos professores de direito penal, do pessoal do Ku Klux Klan? Dissentindo dessas máximas, Sócrates em seu "Banquete", afirmou que o "juízo de uns poucos homens de discernimento vale mais que a opinião de uma turba multita de ignorantes"; e o Supremo Tribunal Federal é o - território - local dos experimentados homens dotados de razoabilidade e independência intelectual.

A única coisa que se pode esperar dos homens de capa preta é que votem (pela condenação ou absolvição) com base no que tiver sido provado, e não projetado nos jornais; que julguem o feito sem fazer pose para as câmeras, e que não estejam focados em agradar a plateia que assiste em casa. Voltando às lições de Eros Grau, se o Direito é uma prudência, a "opinião publicada" está longe de sê-lo, e não se deve escorar o alicerce de uma República em vacilantes pitacos.

Pedro Marcos Barbosa é mestre em Direito Civil, especialista em Propriedade Intelectual, professor da Graduação e Pós-Graduação em Direito da PUC-RIO, sócio de Denis Borges Barbosa Advogados, eleito Diretor Cultural do IAB para o biênio 2012-2014.

CASO CACHOEIRA

# Thomaz Bastos renuncia à causa do contraventor

Advogado garante que atitude não teve a ver com os recentes acontecimentos

Fausto Macedo  
Da Agência Estado

O fator Carlinhos Cachoeira derrubou mais um: o poderoso ministro da Justiça do governo Lula, Márcio Thomaz Bastos, mito da advocacia penal que defendia o contraventor, renunciou à causa. Seguiu Thomaz Bastos toda a equipe que o assessorava, inclusive os criminalistas Augusto Botelho e Dora Cavalcanti. "Eu saio por razões que nada têm a ver com o mérito da causa", declarou Márcio Thomaz.

Havia pelo menos um mês que o veterano criminalista, de 77 anos, amadurecia a ideia de abandonar a demanda. Ele andava desgostoso com o cliente, temperamental, hostil, exigente, mesmo atrás das grades. "Um sujeito inadmissível", disse um profissional do Direito próximo ao ex-ministro.

No início de julho, Márcio Thomaz Bastos combinou com familiares de Cachoeira que seus advogados o acompanhariam

Havia pelo menos um mês que o veterano

criminalista amadurecia a ideia de abandonar a demanda. Ele andava desgostoso com o cliente

às audiências na Justiça, realizadas semana passada. Talvez a banca do ex-ministro ficasse por mais algum tempo com o caso, mas precipitou a decisão de Thomaz Bastos em deixar a defesa o impacto provocado pela nova denúncia, agora envolvendo Anderson Mendonça, mulher de Cachoeira, investigada pela Polícia Federal por chantagem juiz.

Alvo maior da Monte Carlo e da Saint Michel - missões da PF e da Polícia Civil que revelaram seu poderio no governo Marconi Perillo (PSDB-GO) e nos domínios do senador tucano cassado Demóstenes Torres -, Cachoeira acreditava que logo estaria na rua outra vez.

os R\$ 15 milhões que lhe teriam sido oferecidos por Cachoeira.

Cifra tão elevada logo despertou a atenção de um procurador da República do Rio Grande do Sul, que pediu investigação por suposta prática de lavagem de dinheiro. Ao que consta, porém, Cachoeira deu calote e nada pagou ao ex-ministro.

Críticas a Thomaz Bastos foram reprimidas pela Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo, que saiu em defesa do ministro. "O advogado é como o padre, que abomina o pecado, mas ama o pecador", declarou Luiz Flávio Borges D'Urso, presidente licenciado da entidade.

O vendaval Cachoeira derrubou senador, tirou juiz federal do caminho e ameaça governador. Ontem, Márcio Thomaz Bastos anunciou sua saída. Não fez pronunciamentos, apenas disse a conhecidos que "a renúncia é desgaste natural da relação (com o cliente)".

ACESSIBILIDADE

## CNJ recomenda que plenários tenham tribunas adaptáveis

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu, ontem, recomendar a todos os tribunais brasileiros a instalação nos plenários de tribunas para sustentação oral de advogados com layout adaptado para cadeirantes. "A tribuna é indissociável da sustentação oral e constitui o prolongamento da função da advocacia. A sustentação oral ganha em qualidade quando proferida da tribuna", destacou o

presidente do CNJ, ministro Ayres Britto, que foi o autor da proposta.

No plenário do CNJ, por determinação do próprio presidente, a tribuna foi adaptada para advogados que utilizam cadeira de rodas. O novo modelo é utilizado desde junho. No ano passado, quando assumiu a presidência da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Ayres Britto também solicitou a adaptação. Com a decisão

unânime tomada, ontem, durante a 151ª sessão ordinária, o Conselho vai editar recomendação orientando todos os tribunais a adotarem a mesma medida, em complemento à Resolução 114, que define normas de acessibilidade para as obras no Poder Judiciário.

**Orientações.** Durante a sessão, o conselheiro Wellington Saraiva propôs a edição de normas e orientações mais abrangentes aos

Tribunais para garantir o cumprimento da Lei de Acessibilidade (Lei 10.098/2000) nos órgãos do Poder Judiciário. Entre as medidas sugeridas pelo conselheiro está a sinalização nos prédios da Justiça e a adaptação dos sistemas e portais na internet para pessoas com deficiência visual. Saraiva se comprometeu a elaborar uma proposta de texto para submeter à aprovação do plenário.

A "verdade essa palavrinha sofisticada e ardilosa é proferida pela maioria, mesmo que não saibamos de qual maioria estejam falando"

## PAÍS

CAMINHONEIROS

# Greve já prejudica a produção de frangos

Governo pede prazo até dia 8 para apresentar resposta às reivindicações

Mariana Branco  
Da Agência Brasil

A greve dos caminhoneiros está prejudicando a produção avícola no país, segundo a União Brasileira de Avicultura (Uba-Def), que representa as empresas do setor. Em nota, a entidade manifestou preocupação com o fornecimento de ração para frangos. "Empresas associadas já relataram problemas com o abastecimento de ração para a criação de frangos, com a retenção de centenas de caminhões devido aos bloqueios. Um descompasso nesse fornecimento é extremamente prejudicial para a produção de uma importante proteína animal", disse, em nota, a entidade.

Uba-Def também alertou para problemas no transporte de animais vivos. "A produção avícola também depende do transporte de pintos de um dia para as regiões produtoras e, posteriormente, de aves vivas para as agroindústrias".

A manifestação de caminhoneiros teve início no último dia 25. Hoje, o protesto dos caminhoneiros na Rodovia Presidente Dutra, que liga o Rio de Janeiro a São Paulo, chegou ao terceiro dia. Na altura dos municípios de Resende e Barra Mansa, ambos no Rio, o engarrafamento passou de 20 quilômetros no sentido São Paulo e 14 quilômetros no sentido Rio. Na última sexta-feira (27), duas confederações nacionais de trabalhadores do setor denuncia-

ram publicamente a ocorrência de bloqueio (greve patronal).

**Prazo** - O governo federal pediu prazo até 8 de agosto para apresentar uma resposta às reivindicações dos caminhoneiros autônomos, mas condicionou as negociações ao fim do bloqueio de rodovias que já dura sete dias em vários pontos do país. A informação é do presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), Diomar Costa, que se reuniu hoje (31) com o ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos.

A CNTA é contra a greve dos caminhoneiros, organizada por outro sindicato, o Movimento União Brasil Caminhoneiros (MUBC). Os representantes da

CNTA afirmam que há interesses patronais por trás da paralisação.

De acordo com o presidente da CNTA, o governo entende que o bloqueio das estradas tem que ser suspenso inclusive por representar perigo para os motoristas de caminhão e a população em geral. O ministro Paulo Sérgio Passos começou uma reunião com representantes do MUBC logo após falar com o CNTA. O encontro ainda não havia terminado até o fechamento desta matéria.

"A posição (do governo) é que há necessidade de desocupação das estradas, porque já houve morte", declarou o presidente da CNTA. Segundo ele, foram registradas três mortes de caminhoneiros desde o início do protesto.

CURTA

### Metalúrgicos questionam postura de Mantega sobre GM

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região e a Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas) criticaram as declarações do ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre a situação dos empregos no setor automotivo. Ao lado do diretor da General Motors, Luiz Moan, o ministro afirmou, ontem, que o setor está cumprindo sua parte na manutenção do nível de ocupação e que a GM está com saldo positivo de empregos. "O ministro diminui a si próprio, assumindo o papel de mero porta-voz da GM", disse em nota o sindicato e da central.

**MINERAÇÃO SERRA DA CANGA LTDA.**  
CNPJ nº 02.296.518/0001-40  
**CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS-QUOTISTAS:** Em segunda convocação, são convidados os Senhores Sócios-Quotistas da MINERAÇÃO SERRA DA CANGA LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob nº 02.296.518/0001-40 ("Sociedade"), para a Reunião de Sócios-Quotistas da Sociedade, que se realizará no dia 13 de agosto de 2012, às 11 horas, na sede da Sociedade, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Voluntários da Pátria, nº 89, sala 603, Estação, CEP 22.270-000, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Deliberar sobre a outorga em penhor, em favor de Macquarie Bank Limited, da totalidade das quotas detidas pela sócia-quotista Beadell Brasil Ltda. no capital social da Sociedade, através da assinatura de instrumento de Penhor de Quotas ("Quota Pledge Agreement") entre o Macquarie Bank Limited e a Beadell Brasil Ltda., com a intervenção e anuência da Sociedade, bem como a prática de todos os atos que se fizerem necessários à formalização do referido penhor pela Sociedade. Rio de Janeiro, 31 de julho de 2012. **MINERAÇÃO SERRA DA CANGA LTDA.**, por Silvano de Souza Andrade: Diretor Superintendente da Sociedade; por Rosemberg Siqueira de Araújo: Diretor Financeiro.

OUTRO CENÁRIO

# Bibi Ferreira vai brilhar em palcos paulistanos

Depois de sucesso estrondoso no Rio de Janeiro, artista ganha o mundo



A diva estará em Lisboa, Nova York em novembro

**Bibi, histórias e canções**  
Teatro Shopping Frei Caneca  
(Rua Frei Caneca, 569). Tel. (011) 3472-2229.  
6<sup>o</sup> e sáb., 21 h; dom., 19 h. R\$ 120. De 10/8 a 30/9.

**Maria Eugênia de Menezes**  
Da Agência Estado

A sala vazia parecia estar à sua espera. Como se fosse um palco, minutos antes de as cortinas abrirem. O cenário tinha pompa: poltronas imponentes, móveis antigos e, como toque final, a Baía de Guanabara e o Pão de Açúcar emoldurados na janela imensa. Gravador e câmera já estavam a postos. Só faltava mesmo que a porta larga se abrisse.

Dá para ouvir os passos firmes no assoalho de mármore. Bibi Ferreira, 90 anos, caminha de jeito empertigado. De cima do salto bem alto, que ajuda a alongar os seus pouco mais de 1,50 m, ela olha para frente, sem se fixar em nada. Sabe que é observada. Sabe que está diante do público. Uma plateia diminuta, é verdade. Só repórter e fotógrafo. Mas ainda assim, plateia. A fala e o sorriso têm de surgir no momento preciso. Ela sabe exatamente como fazer.

Falta pouco mais de uma semana para sua estreia em São Paulo. No dia 10, o terceiro sinal vai soar de novo. As luzes, Bibi diz que adora as luzes, vão se acender mais uma vez. Deve ser natural para quem praticamente nasceu dentro do teatro - fez sua primeira aparição em uma peça com apenas 24 dias de nascida. "Mas sabe que eu ainda sinto uma angústia naqueles instantes antes de entrar em cena? Aquele lugar, depois que você sai do camarim, e ainda não está no palco. Aquele cantinho... É ali que eu sinto um terror. Frank Sinatra dizia que sofria nessa hora. E olha que era o Frank Sinatra... Com medo de a voz não sair."

A voz de Bibi sai. Às vezes, sem que ela perceba. "Cantando sempre? Quando eu cantei?", ela inquiriu, como se espantada com

a observação. São trechos de canções que ela vai desfiando, puxando o fio da memória. Porque cada história faz lembrar uma música. Ou o contrário. O nome do espetáculo que ela leva a São Paulo e, na sequência, apresenta em Lisboa e Nova York, é "Bibi, Histórias e Canções". No repertório, um pot-pourri dos seus mais de 70 anos de carreira. Operas, fados, sambas de Chico Buarque, Noel Rosa.

Conta que conheceu o compositor da Vila Isabel durante a gravação de um filme de Carmen Santos, "Cidade Mulher". "Filme, aliás, que se perdeu. Não se encontra uma cópia. Noel aparecia, ensinando a gente a cantar. Era muito simpático. Embora não fosse de sorrisos", ela ressalva. "Entrava sério, todo de branco. Sabia lidar com as pessoas. Falava assim: 'Está muito baixo esse tom, não está, Bibi?' Era paciente. Muito paciente."

Bibi responde a qualquer pergunta. Desde que você não a chame de senhora. "Vamos acabar com isso, sim? É só Bibi. Ou Abigail, se você preferir. Mas, curioso, ninguém nunca me chamou assim." O nome é o mesmo de sua madrinha, Abigail Maia. "A maior vedete do Brasil, naquela época. Era casada com Oduvaldo Vianna. Um casal sensacional. Estavam sempre com papai. Oduvaldo era autor de várias das suas peças."

A rotina para os próximos meses tem ares de maratona: São Paulo, Lisboa, Nova York. Canta no Lincoln Center, em 21 de novembro. Depois, Bibi grava um disco com canções de Natal. Faz concerto em Petrópolis no fim do ano. Retorna a São Paulo em 2013 para dirigir uma peça de Juca de Oliveira. Mas sem perder de vista o projeto de um novo espetáculo com canções de Edith Piaf. Com datas já previstas em Paris.



**João Marcos Cavalcanti**

**MPB & outras histórias**

João Marcos Cavalcanti de Albuquerque é advogado formado pela FUC, escritor bissexto e estúdiolo da MPB.  
jmarcos@uol.com.br

## Para refletir

Caro leitor, trago hoje, para sua reflexão, esse lindo poema de Pablo Neruda

É Proibido!

É proibido chorar sem aprender,  
Levantar-se um dia sem saber o que fazer  
Ter medo de suas lembranças.

É proibido não rir dos problemas  
Não lutar pelo que se quer,  
Abandonar tudo por medo,

Não transformar sonhos em realidade.  
É proibido não demonstrar amor  
Fazer com que alguém pague por tuas dúvidas e mau humor.  
É proibido deixar os amigos,

Não tentar compreender o que viveram juntos  
Chamá-los somente quando necessita deles.  
É proibido não ser você mesmo diante das pessoas,  
Fingir que elas não te importam,

Ser gentil só para que se lembrem de você,  
Esquecer aqueles que gostam de você.  
É proibido não fazer as coisas por si mesmo,  
Não crer em Deus e fazer seu destino,

Ter medo da vida e de seus compromissos,  
Não viver cada dia como se fosse um último suspiro.  
É proibido sentir saudades de alguém sem se alegrar,

Esquecer seus olhos, seu sorriso, só porque seus caminhos se desenterraram.  
Esquecer seu passado e pagá-lo com seu presente.  
É proibido não tentar compreender as pessoas,  
Pensar que as vidas deles valem mais que a sua,

Não saber que cada um tem seu caminho e sua sorte.  
É proibido não criar sua história,  
Deixar de dar graças a Deus por sua vida,

Não ter um momento para quem necessita de você,  
Não compreender que o que a vida te dá, também te tira.  
É proibido não buscar a felicidade,

Não viver sua vida com uma atitude positiva,  
Não pensar que podemos ser melhores,  
Não sentir que sem você este mundo não seria igual

Amanhã eu volto

# RIO

CRIME ELEITORAL

## Homem é preso e centro social é fechado na Maré

Operação foi realizada pela Justiça Eleitoral e teve apoio das polícias Civil e Militar

**Vitor Abdala**  
Da Agência Brasil

Um centro social ligado a um candidato a vereador do Rio de Janeiro foi fechado e um homem preso por crime eleitoral, ontem, durante operação da Justiça Eleitoral no Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio. A operação teve o apoio das polícias Civil e Militar. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral do Rio (TRE-RJ), o homem detido era o responsável pelo centro social e a entidade tem ligações com um candidato a vereador do PT.

Uma grande quantidade de cartazes de propaganda eleitoral também foi apreendida durante a ação, que reuniu cerca de 70 fiscais do tribunal e 200 policiais militares, civis, federais e rodoviários federais. De acordo com o TRE-RJ, esta foi a primeira das operações que serão feitas contra currículos eleitorais no Estado.

Segundo o presidente do tribunal, Luiz Zweiter, o TRE recebeu denúncias de que criminosos da região do Complexo da Maré estariam coagindo moradores a fazer campanha para alguns candidatos. "Nós queremos dar uma demonstração para a população de que não



Fiscais apreendem material de campanha de um candidato a vereador pelo PT

existe local onde a polícia e o TRE não façam fiscalização no período eleitoral. É importante que a comunidade saiba que vai poder votar com tranquilidade, com independência e sem 'encastamento' de quem quer que seja, da milícia, de maus políticos ou do tráfico de entorpecentes", disse Zweiter.

Segundo o TRE, os candidatos que tiveram suas placas recolhidas poderão ser multados por propaganda irregular. Já o candidato suspeito de ter ligação com o centro social poderá

ser processado pelo Ministério Público Eleitoral e até mesmo ter sua candidatura impugnada. Durante a ação, o Ministério Público Eleitoral também distribuiu folhetos que alertam os eleitores que é crime comprar e vender voto.

INVESTIMENTO

## Educação faz intercâmbio com os Estados Unidos

A Secretaria Estadual de Educação iniciou, ontem, o programa Brasil - Estados Unidos de intercâmbio de diretores escolares. Até sexta-feira, o norte-americano Samuel Dickerson, diretor da Escola de Ensino Médio de Elyria (Elyria High School), do estado de Ohio, visitará diversas unidades da rede, a fim de trocar experiências sobre Gestão Escolar.

Entre as unidades estão o C.I.A. José Francisco Lippi (Teresópolis), C.E. Dom Pedro II (Petrópolis), C.E. Jornalista Tim Lopes (Ramos), C.E. José Leite Lopes - Nave (Tijuca) e o C.I.E. Miécimo da Silva (Campo Grande).

Na reunião de boas vindas, realizada na sede da secretaria, o secretário de Educação, Wilson Risolia, e a gestora pública, Daniela Mesquita, fizeram um panorama da Educação no Estado do Rio de Janeiro.

"No final de 2011, fizemos uma pesquisa para conhecer melhor o perfil dos alunos da rede. Essas informações eram essenciais, tanto para desenvolver ações visando à melhoria da qualidade do ensino quanto para tornar o ambiente escolar mais atrativo. O projeto Dupla Escola também tem sido um diferencial, pois a partir dele os jovens têm alcançado um grande desejo, que é um Ensino Médio que prepare para o mercado de trabalho", afirmou o secretário.

A gestora pública Daniela Mesquita destacou que, no início da atual gestão, quatro grandes desafios foram encontrados na rede: carência de professores, funções pedagógicas ocupadas por indicações, falta de currículo mínimo e defasagem idade-série.

"A Secretaria de Educação implementou diversas ações, como redução de professores licenciados, contratação de novos docentes, todos os cargos pedagógicos passaram a ser ocupados por meio de concurso e avaliação interna bimestral, entre outras. Foi preciso estabelecer metas e objetivos claros, pensando em uma gestão com resultados", disse Daniela.

Na apresentação sobre os programas e projetos pedagógicos da secretaria, o subsecretário de Gestão da Rede e de Ensino, Antônio Neto, e a superintendente Pedagógica, Cláudia Raybolt, destacaram o "novo olhar" na qualidade da Educação do Rio de Janeiro. Segundo eles, a secretaria precisou criar estratégias para aumentar a taxa de aprovação e reduzir o índice de abandono na rede estadual. Uma delas foi o programa Mais Educação, uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da educação integral.